



Prefeitura de Timbó

Ao

Exmo. Dr.

ALEXANDRE DAURA SERRATINE - 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Timbó

Em momento anterior V. Exa. encaminhou à municipalidade o Ofício nº. 014/2014/GAB/2ºPJ, onde em suma solicitou informações acerca das casas do Ressoar, o que foi prestado pela municipalidade através do Ofício GAPREF nº. 184/2014 (Doc. 01).

Acerca do tema cabe lembrar que através de Convênio foi repassado ao Município de Timbó o valor de R\$ 411.000,00, sendo adquiridos 05 terrenos (04 na Rua Silésia e 01 na Rua Irma Gustmann (Doc. 02), e o valor restante (R\$ 208.672,06) devolvido ao Estado de Santa Catarina.

TODAS AS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DEFINIDAS NO CONVÊNIO (ESPECIALMENTE AS CONTRAPARTIDAS) FORAM PLENA E INTEGRALMENTE CUMPRIDAS PELO MESMO.

Apesar do Município de Timbó ter sido contemplado com a doação de 12 casas CUJA CONSTRUÇÃO E TODAS AS OBRIGAÇÕES LHE PERTINENTES FICOU A CARGO ÚNICO E EXCLUSIVO DA COHAB, INSTITUTO RESSOAR E EMPRESA CONTRATADA - CASAS ECOLÓGICAS CONSTRUTORA (o que se constata do Termo de Compromisso e Projeto Reação - Doc. 03), apenas 04 foram entregues, 04 iniciadas e não concluídas/inacabadas/abandonadas e as demais sequer iniciadas.

Por não ter sido finalizada a construção das 12 casas, em 23/11/10 foi expedida Notificação pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente desta municipalidade ao Instituto Ressoar (Doc. 04), quando foi solicitado o prazo final de conclusão.

A empresa Casas Ecológicas firmou em 14/04/11 Termo de Compromisso (Doc. 05), onde assumiu a obrigação de reiniciar as obras de construção das casas em 25/05/11 e entregá-las no prazo máximo de 06 meses, deixando de paralisar as obras e acelerar o cronograma para viabilizar o acesso das famílias ao novo lar.

Em 04/07/11 a Assistência Social do Município encaminhou e-mail à COHAB (Doc. 06) informando que diante da condição vulnerável as famílias estão sempre a procura de informações a respeito da conclusão das obras.

Diante da infundada/injustificada manutenção do descumprimento na construção destas casas, em 19/01/12 o Município de Timbó novamente encaminhou notificação à COHAB (Doc. 06), com cópia para o Secretário Regional SDR de Timbó e Presidente do Instituto RESSOAR, solicitando em suma que "... sejam tomadas as providências cabíveis à espécie, no prazo máximo de 05 dias, a partir do recebimento desta, a fim de que as quatro residências inacabadas sejam concluídas o mais rápido possível, ou justifique de forma expressa a impossibilidade de fazê-lo, bem como preste as informações necessárias a municipalidade para dar encaminhamento ao feito, em virtude de que no Termo de Doação de Residência firmado entre a COHAB/SC e o Município de Timbó restou convencionado na cláusula terceira como responsabilidade da COHAB: fornecer projeto técnico e memorias descriptivos, acompanhar e fiscalizar a execução da obra e entregar a obra concluída..."

Em 12/03/13 os Vereadores apresentaram Moção de Apelo ao Instituto Ressoar (Doc. 07) pela conclusão das obras às famílias que foram atingidas pelas cheias, desmoronamentos e enxurradas de novembro de 2008, no entanto, não obtiveram nenhuma resposta.

Por motivos não informados a empresa Casas Ecológicas Construtora definitivamente paralisou/abandonou a obra.

Em maio de 2013 o Executivo Municipal, juntamente com a 35ª SDR, reuniram-se para tratar a respeito da conclusão das moradias de interesse popular, ocasião em que o Gerente de Infraestrutura desta última

CÓPIA



Prefeitura de Timbó

solicitou que a Prefeitura emitisse parecer sobre o atual estado das edificações, o que em 24/05/13 foi cumprido pela equipe técnica da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente da municipalidade (Doc.08), onde consta que: "...haja vista o estado de paralisação e abandono das obras, da necessidade e do custo de recuperação do existente, e ainda todos os serviços e equipamentos necessários à sua conclusão, esta comissão entende que o mais indicado seria demolir as quatro unidades". Apesar de regularmente cientificado destas providências, o Estado de Santa Catarina/35ª SDR até a presente data não apresentou qualquer manifestação.

Mesmo diante desta realidade e do fato da municipalidade reiteradamente adotar perante o Estado de Santa Catarina, COHAB e Ressoar incansáveis medidas no sentido de ver solucionada a construção/entrega/conclusão das 08 casas populares ainda pendentes, contínua e injustificada tem sido a inércia destes últimos quanto ao cumprimento de suas obrigações.

Não bastasse, em 14/03/17 o Município de Timbó tomou ciência que várias famílias (14 pessoas) invadiram as residências inacabadas, o que se observa do Boletim de Ocorrências nº. 02022-2017-00328 (lavrado diretamente pela guarnição policial) e Relatório exarado por profissional do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, anexos (Doc. 09).

Face a tal ocupação irregular e tendo em vista que estas residências não dispõe sequer das mínimas condições de habitação (água, luz e outros), no intuito de solucionar a problemática social a municipalidade, por intermédio da Secretaria de Saúde e Assistência Social, passou a acompanhar continuamente as famílias, promovendo inicialmente o cadastramento, fornecimento de sacolões, inclusão em educandários e providencias para acomodá-las em local adequado (aluguel social).

Mesmo havendo local adequado (aluguel social) para recepcionar estas famílias, as mesmas se negaram a desocupar as casas ocupadas irregularmente, o que motivou a sua Notificação (Doc. 10).

Face a contínua inércia do Estado de Santa Catarina, COHAB e Ressoar na conclusão das casas destinadas a abrigar as vítimas dos desastres de 2008, a municipalidade novamente os notificou (22/03/17) para adotar todas as medidas necessárias a solução da problemática (Doc. 11)

Ante o exposto, no intuito de resguardar o interesse público municipal e tendo em vista que a situação atual desencadeou novos problemas sociais, requer o recebimento destas informações e documentos, adotando as medidas que entender pertinentes.

Timbó, 29 de março de 2017.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES
 Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Rol de documentos: - Doc. 01 – Ofício GAPREF nº 184/2014; - Doc. 02 – Convênio nº 4.222/2009-6 e Imóveis adquiridos pela municipalidade: Lotes 81 e 82 – Loteamento Silexia / Matricula 18.629 unifcou 13.757 e 13.758; Lotes 77 e 78 – Loteamento Silexia – Matrícula 18.628 unifcou 18.213 e 18.214; Lote 63 – Loteamento Quintino – Matrícula 17.359; - Doc. 03 – Termo de Compromisso e Projeto Reação; - Doc. 04 – Notificação da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente da municipalidade ao Instituto Ressoar; - Doc. 05 – Termo de Compromisso firmado pela empresa Casas Ecológicas; - Doc. 06 – E-mail e Notificação a COHAB; - Doc. 07 – Moção de Apelo da Câmara de Vereadores ao Instituto Ressoar; - Doc. 08 – Parecer da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente da municipalidade; - Doc. 09 – Boletim de Ocorrências nº. 02022-2017-00328 (lavrado diretamente pela guarnição policial) e Relatório exarado por profissional do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; - Doc. 10 – Notificação famílias; - Doc. 11 – Notificação Estado de Santa Catarina, COHAB e Ressoar.